



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA
Rua São Luís, 77 - Bairro Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: (51) 3320-2100
- www.crea-rs.org.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 2024.000017103-5

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE FROTAS POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO, COM CARTÃO MAGNÉTICO, DISPONÍVEL EM TODO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, PARA A FROTA DOS VEÍCULOS PERTENCENTES AO CREA-RS, PARA OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (ETANOL COMUM E ADITIVADO, GASOLINA COMUM E ADITIVADA, E DIESEL COMUM E ADITIVADO), MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS DE QUALQUER NATUREZA, INCLUINDO MECÂNICA, ELÉTRICA, SISTEMA DE AR CONDICIONADO, LANTERNAGEM, PINTURA, RETÍFICA DE MOTORES, BALANCEAMENTO DE RODAS, BORRACHARIA, TROCAS DE ÓLEOS PARA MOTOR, TROCAS DE FILTROS DE ÓLEO E FILTROS DE AR, ALINHAMENTO DE DIREÇÃO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PNEUS, PRODUTOS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO GENUÍNOS.**

2. FUNDAMENTAÇÃO / JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A. PREÂMBULO INSTITUCIONAL

1.1 O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul – CREA-RS é uma autarquia de fiscalização das atividades profissionais, com personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA. Com sede e foro na cidade de Porto Alegre/RS, sua jurisdição abrange todo o Estado do Rio Grande do Sul. O CREA-RS foi criado com base na Resolução CONFEA nº 2, de 23 de abril de 1934, conforme o Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantido pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

1.2 O CREA-RS tem como função principal a fiscalização, controle, orientação e aprimoramento das atividades profissionais de Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia, de nível superior, dentro de sua área de jurisdição. O Conselho desempenha seu papel por meio de repartições administrativas, denominadas Inspetorias, localizadas em diversos municípios do Estado, somando um total de 44 Inspetorias. Essas unidades são responsáveis pela fiscalização do exercício profissional, garantindo a legalidade e a segurança das atividades relacionadas a essas áreas técnicas.

1.3 A atuação do CREA-RS visa, acima de tudo, a proteção tanto dos profissionais habilitados quanto da sociedade. Ao fiscalizar o mercado de trabalho, o Conselho assegura que os serviços prestados por profissionais registrados estejam sempre em conformidade com as normas e responsabilidades técnicas exigidas. Isso garante, por exemplo, que qualquer serviço contratado pelo cidadão tenha sempre um responsável técnico legalmente habilitado.

Para garantir o funcionamento adequado da fiscalização, bem como de outros setores essenciais como Patrimônio e Gabinete da Presidência, o CREA-RS conta com uma frota de veículos que necessita de uma gestão eficiente. Com esse objetivo, a contratação de uma empresa especializada para fornecer um sistema de gestão de combustíveis, manutenção preventiva e corretiva de veículos, além do fornecimento de pneus e peças, se faz necessária.

1.4 Esse sistema de gestão de frota é controlado por meio de um cartão magnético, gerido pela empresa contratada, o que possibilita o acompanhamento detalhado das despesas de abastecimento e manutenção. Esse controle é essencial para manter a funcionalidade dos serviços do CREA-RS, garantindo a eficiência das atividades de fiscalização e a operação contínua da Instituição.

• DAS INSPETORIAS

1.5 As Inspetorias do CREA-RS estão vinculadas administrativa e tecnicamente à **Coordenadoria das Inspetorias**, e funcionam de acordo com o regimento próprio aprovado pelo **Plenário do CREA-RS**. O principal objetivo dessas Inspetorias é descentralizar o atendimento à sociedade, garantindo uma maior proximidade com os profissionais e cidadãos do Estado.

1.6 Atualmente, o CREA-RS conta com 44 Inspetorias distribuídas por diversas cidades do Rio Grande do Sul. Entre as localidades atendidas, destacam-se: **Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Camaquã, Canoas, Capão da Canoa, Carazinho, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Esteio, Frederico Westphalen, Gramado, Gravataí, Guaíba, Ibirubá, Ijuí, Lajeado, Montenegro, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Panambi, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santana do Livramento, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santiago, Santo Ângelo, São Borja, São Gabriel, São Leopoldo, São Luiz Gonzaga, Taquara, Torres, Tramandaí, Três Passos, Uruguaiana, Vacaria e Viamão.**

1.7 A lista completa dos endereços das Inspetorias pode ser consultada por meio do seguinte link: http://www.crea-rs.org.br/site/revista_pageflip/livreto-radiografia/magazine-sample/#page/1, que também está anexo ao processo.

• DO CONVÊNIO PRODESU – CONFEA

1.8 Está em vigência no CREA-RS o CONVÊNIO 41/2024 (DOC SEI nº 2556054) com o CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) que tem por objeto a execução do plano de fiscalização com o **custeio de diárias e combustíveis**, consoante descritivo disposto no Plano de Trabalho do Processo. Convênio esse aprovado em Sessão Plenária Ordinária- CREA-RS, nº 1850, de 25/01/2024, abaixo:

O **Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - CREA-RS**, reunido ordinariamente de forma híbrida, conforme aprovado pelo Plenário por meio da Decisão Plenária n. PL/RS-169/2023, via online pelo aplicativo Zoom e presencialmente nas dependências do Auditório do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (CREMERS), localizado na Rua Bernardo Pires n. 415 – 2º andar, em Porto Alegre (RS), e **considerando** a Resolução do Confea n. 1.030, de 17 de dezembro de 2010, que institui o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mútua - Prodesu, e dá outras providências, **considerando** que o Plenário do CREA-RS por meio da Decisão Plenária n. PL/RS-9/2024, aprovou a **Adesão do CREA-RS ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea/Mútua – Prodesu - Gestão 2024/2026 (Processo SEI n. 2024.000000126-1)**, **decidiu**, por maioria, aprova as seguintes linhas de participação do CREA-RS no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea/Mútua – Prodesu: **1) Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Fiscalização (Prodafisc) - Prodesu II-A, e 2) Programa de estruturação física da sede e inspetorias para aquisição, construção, ampliação, reforma e locação emergencial de espaço - Prodesu III-B.**

Convênio 41/2024:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente convênio tem por objeto a execução do plano de fiscalização com o **custeio de diárias e combustíveis**, consoante descritivo disposto no Plano de Trabalho do Processo SEI nº **00.003790/2024-61**.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

(...)

4.1.2. Aplicar os recursos repassados pelo CONCEDENTE exclusivamente com relação ao objeto do convênio, vinculado às despesas descritas no Plano do Trabalho constante do Processo nº **00.003790/2024-61**.

B. DO HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

1.9 Fora objeto de contratação pretérita o disposto nos processos: 2014068229 e SEI 2019.000013694-9 (com encerramento em 2025). Este é um forte indicativo de que a solução, nos moldes atuais, está satisfazendo plenamente as necessidades do CREA-RS, razão pela qual entende-se ser a melhor solução a manutenção da contratação de serviço terceirizado para a implementação de sistema informatizado para o controle dos gastos efetuados com abastecimentos e manutenções e/ou revisões da frota.

C. COMPRA DIRETA OU LICITAÇÕES PRÓPRIAS PARA MANUTENÇÕES E REVISÕES PREVENTIVAS

1.10 As possibilidades de compra direta ou licitações próprias requer estudos quanto a viabilidade (econômica, administrativa e financeira) dessas alternativas para o CREA-RS.

1.11 Os históricos de consumo do CREA-RS tem demonstrado inviável parcelar esses serviços, considerando a elevada demanda e a logística de localização e uso da frota em todo o Estado do RS.

DA COMPRA DIRETA:

1.12 O **artigo 75 da Lei 14.133/21** estabelece as condições para a **dispensa de licitação** em determinadas situações. Nos incisos I e II, a lei define os limites para dispensa em relação aos **valores de contratação** para manutenção de veículos automotores e outros serviços correlatos. O valor para a manutenção de veículos automotores é de **R\$ 119.812,02**, enquanto para outras dispensas que não se enquadrem nem como **obras/serviços de engenharia**, nem como **manutenção veicular**, o limite é de **R\$ 59.906,02**. Esses valores foram atualizados pelo **Decreto Federal nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023**.

1.13 No caso dos **abastecimentos**, entende-se que os valores passíveis de dispensa se enquadram no **inciso II**, uma vez que tratam de **fornecimento de combustíveis**. Já os **demais serviços relacionados à manutenção**, como troca de óleo, poderiam ser enquadrados no **inciso I**, que abrange serviços de **manutenção de veículos**.

1.14 O parágrafo 1º do **artigo 75** estabelece como deve ser feito o cálculo dos valores despendidos para aferir se a contratação se enquadra nos limites estabelecidos pela lei. O critério utilizado para esse cálculo é o **somatório das despesas realizadas pela unidade gestora** no exercício financeiro, conforme descrito:

- **I:** O somatório do valor total gasto pela unidade gestora durante o exercício financeiro.
- **II:** O somatório das despesas realizadas com objetos de **mesma natureza**, ou seja, aquelas relacionadas a contratações do mesmo ramo de atividade.

1.15 Além disso, o **parágrafo 7º** do artigo 75 traz uma previsibilidade sobre a **dispensa de licitação** para serviços de **manutenção de veículos** de pequeno valor, com a seguinte redação:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até **R\$ 8.000,00** (oito mil reais) de serviços de **manutenção de veículos automotores** de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluindo o fornecimento de peças.

Embora essa dispensa ofereça uma alternativa interessante, ela pode resultar no **fracionamento das despesas**, principalmente no que se refere às **manutenções e abastecimentos**, caso não seja corretamente planejada. Isso ocorre porque, embora o **ente público** possa adquirir diretamente com o fornecedor, muitas vezes com a possibilidade de negociação de descontos, o valor de **R\$ 8.000,00** pode ser insuficiente para cobrir todas as **necessidades de abastecimento e serviços correlatos** ao longo do exercício financeiro, devendo ser utilizado apenas para **urgências**.

1.16 Abaixo segue uma tabela com os **gastos realizados** com **manutenções e combustíveis** nos últimos 3 anos:

	manutenção	combustíveis
2022	R\$ 43.224,93	R\$ 311.298,59
2023	R\$ 73.996,95	R\$ 310.183,19
2024*	R\$ 113.665,25	R\$ 314.753,55

* gastos até novembro 2024

1.17 Desta forma, é inviável manter o orçamento total destinado abastecimento e serviços de manutenção na forma de compra direta.

1.18 Para o ano de 2025, foi acrescido percentual de 20% dos gastos com manutenções e combustíveis, com a justificativa de que os veículos do Conselho, em sua grande maioria, estão com quilometragem acima de 40mil Km, resultando assim numa elevação de gastos em manutenções, quer preventivas ou corretivas. Por outro lado, em relação aos gastos com combustíveis, há as metas contidas no Plano de Trabalho do Convênio nº 41/2024 - PRODESU que exigem mais demandas e ações dos agentes fiscais, em viagens e atividades fiscalizatórias elevando, com isso, os gastos com combustíveis.

Com isso, projeta-se a seguinte tabela de gastos.

	manutenção	combustíveis
2024	R\$ 128.665,25	R\$ 339.753,55
	+ 20%	+ 20%

2025	R\$ 154.388,30	R\$ 407.704,26
média/mês 2025	R\$ 12.865,69	R\$ 33.975,35

DA LICITAÇÃO PRÓPRIA:

1.18 A licitação própria é um método amplamente utilizado pela administração pública para atender a demandas de abastecimento e manutenção, visando obter a melhor oferta que atenda às necessidades do órgão público e estimular a competitividade entre os fornecedores. Esse modelo oferece vantagens, como maior controle sobre o processo e a contratação, além de permitir a definição precisa de quantitativos. No entanto, quando as licitações são planejadas de forma separada – uma para abastecimento e outra para serviços de manutenção preventiva e corretiva – surgem alguns desafios e desvantagens.

1.19 Ao separar as contratações com base nas diferentes naturezas das demandas, a administração pública pode acabar comprometendo a racionalidade dos procedimentos. A fragmentação dos processos licitatórios tende a gerar ineficiência, pois, além de aumentar a carga de trabalho dos servidores, pode resultar em uma gestão menos integrada e mais onerosa.

1.20 É sabido que a manutenção da máquina pública exige recursos financeiros consideráveis, e a realização de licitações não é exceção. Sob a vigência da antiga Lei nº 8.666/93, os custos envolvidos na realização de uma licitação eram relativamente menores, principalmente no que diz respeito ao número de servidores necessários para a execução do processo. Contudo, com a implementação da Lei nº 14.133/2021, que introduziu a necessidade de segregação entre o planejamento, a seleção do fornecedor e a fiscalização do contrato, os procedimentos licitatórios tornaram-se mais complexos e exigem uma equipe maior de servidores. Essa mudança, somada à separação das licitações, eleva ainda mais a carga administrativa, comprometendo a alocação de recursos humanos em outras áreas que poderiam estar lidando com demandas mais específicas.

1.21 Ademais, no setor de gerenciamento de frotas, que envolve tanto o abastecimento quanto a manutenção preventiva e corretiva, existem diversas empresas especializadas que oferecem soluções integradas, proporcionando maior eficiência e otimização dos recursos. Várias instituições públicas têm adotado a prática de concentrar esses serviços em um único contrato, o que simplifica a gestão, reduz custos e melhora a coordenação entre as atividades.

1.22 Dentre as alternativas para a aquisição de combustíveis e serviços de manutenção preventiva e corretiva, o pregão eletrônico tem se mostrado a modalidade mais eficaz. Essa modalidade permite maior competitividade, ampla participação de fornecedores e, consequentemente, a obtenção de condições mais vantajosas para a administração pública. Além disso, o pregão eletrônico facilita a transparência do processo, tornando-o mais ágil e acessível.

1.23 Em resumo, embora a licitação própria seja um instrumento importante para garantir a eficiência nas contratações públicas, a separação dos processos licitatórios pode gerar ineficiência e sobrecarga administrativa. A adoção de uma abordagem integrada, preferencialmente **por meio de pregão eletrônico**, tende a ser uma solução mais eficiente, tanto do ponto de vista operacional quanto econômico, ao permitir a contratação de serviços de abastecimento e manutenção de forma unificada.

DAS NECESSIDADES E JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

1.24 A necessidade dessa contratação decorre da demanda histórica apresentada pelo CREA-RS e verificável nos Editais anteriores por gerenciamento da frota de veículos para abastecimento, manutenção preditiva e corretiva e equipamentos, incluindo pneus, óleos lubrificantes e lavação. A necessidade decorre da demanda pela continuidade da prestação de serviços públicos e atendimento à sociedade como um todo exigindo do Conselho atuação pró ativa na fiscalização de obras e serviços de engenharia. Para que ocorra essa atuação administrativa, a frota de veículos dependem das manutenções e revisões rotineiras; da aquisição de peças, componentes e afins, assim como prestação dos serviços necessários.

1.25 De modo particular, a utilização de sistemas informatizados digitaliza as informações de pagamentos e viabiliza o controle de gastos em tempo real, inibe a prática de corrupção nos abastecimentos e nas peças e demais manutenções. O presente processo para atendimento da demanda não busca, per si, a aquisição individualizada desses bens e prestação dos serviços, mas a sua viabilização conjunta ao gerenciamento de suas contratações. Verifica-se, portanto, que a necessidade de manter a frota de veículos em condições seguras de uso e, adicionalmente, manter controle detalhado dos gastos com as manutenções, manifesta-se na demanda por um sistema que possibilite a realização das contratações necessárias para manutenção da frota e seu o gerenciamento.

1.26 Da mesma maneira, o sistema informatizado de gerenciamento da frota é necessário não somente para o controle e prestação de contas internas, também para a prestação de contas do CONVÊNIO que o CREA-RS possui com o CONFEA, denominado: PRODESU- CONVÊNIO 41/2024, que tem como objeto a execução do plano de fiscalização com o **custeio de diárias e combustíveis**, consoante descritivo disposto no Plano de Trabalho do Processo CF-nº 00.003790/2024-61 do respectivo Convênio, por processos bem definidos de sistema que permite um acompanhamento detalhado das despesas relacionadas aos veículos do Conselho, incluindo abastecimento e manutenção dos mesmos.

1.27 O uso do cartão proporciona maior racionalização na manutenção da frota, na medida em que os veículos poderão ser encaminhados a qualquer dos estabelecimentos credenciados. Por isso que a solução obtida para o gerenciamento também deve possuir ampla rede credenciada que forneça combustíveis (gasolina comum, aditiva, etanol), aditivos, lubrificantes, filtros, peças e serviços de manutenções veiculares, como forma de possibilitar mais opções de postos e oficinas dentro de cada município (reduzindo assim a chance do posto ou oficina de aproveitar dos abastecimentos e/ou manutenções recorrentes do CREA-RS e inflar o preço artificialmente) dentro do Estado do RS.

1.28 É fundamental que a rede seja ampla o suficiente para garantir que os carros sejam facilmente abastecidos e revisados (manutenções preventivas e corretivas), no mínimo, em qualquer dos municípios localizados nas Inspetorias do CREA-RS sem a necessidade de grandes deslocamentos.

1.29 O sistema informatizado deve permitir o controle e o acompanhamento dos abastecimentos em tempo real e dos serviços de manutenção e revisões em oficinas credenciadas, atribuindo cadastros de usuários e senhas individuais, como forma de controlar gastos e combater atitudes ilícitas. Deve viabilizar a organização das informações dos dados de consumo de combustível, quilometragem, custos, identificação do veículo, identificação dos condutores, datas, horários, tipos de combustíveis, aditivos, lubrificantes, filtros, peças, serviços de manutenções veiculares, quando necessário, que deverão ser alimentados por meio eletrônico e em base gerencial de dados permanentemente disponíveis para o CREA-RS, consolidando dados financeiros e operacionais da frota, com a emissão de relatórios gerenciais.

1.30 Pode-se afirmar ainda que a administração pública necessita de insumos veiculares para bem poder executar seus serviços essenciais, podendo citar o deslocamento de agentes públicos ou mesmo transporte de objetos ou materiais básicos (equipamentos EPIs, aparelhos informática, uniformes, equipamentos de publicidade, etc). Significa dizer que os veículos oficiais devem estar sempre em plenas condições de uso, funcionamento e conservação para bem desempenhar o serviço para o qual for demandado. Para tal, a administração pública necessita, evidentemente, do fornecimento de diversos itens, conjugado à prestação de serviços relacionados, tais como Combustíveis, Aditivos, Lubrificantes, Filtros, peças e serviços de manutenção veicular.

1.31 O objeto a ser contratado é caracterizado como serviço comum conforme a Lei nº 10.520/02, o Decretos nºs 5.450/05, 3.555/00 e 10.024/19, pois os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de sua prestação são usuais do mercado e possíveis de descrição sucinta, podendo, portanto, ser licitada por meio do Pregão;

1.32 Ainda que, atualmente, já exista contratado pelo CREA-RS um serviço de gerenciamento de abastecimento, cabe destacar que o levantamento de mercado pode ser muito útil para verificar se a solução escolhida atualmente (nesse tipo de contratação e objeto) segue sendo a melhor no mercado, em termos de custo-benefício.

Assim, para a indicação da(s) solução(ões) que melhor atende(m) à demanda apresentada pelo CREA-RS, inicia-se a exposição do presente levantamento de mercado.

3. DETALHAMENTO/ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

A) Requisitos Gerais:

3.1.1. O Sistema Tecnológico a ser fornecido e implantado pela contratada deverá constituir-se de um sistema de gestão integrado de pagamento do abastecimento de combustíveis e de execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, constituindo em um cartão magnético para cada veículo;

3.1.2. O prazo para atendimento de solução de problemas e assistência técnica relativo ao software fornecido deverá ser inferior a 48 (quarenta e oito) horas.

3.1.3. Para implantação do sistema não será permitida modificação e/ou instalação de equipamentos nos veículos, salvo com expressa e justificada autorização da Administração;

3.1.4. Os equipamentos e softwares de gerenciamento da frota deverão ser instalados na Gerência de Fiscalização -Logística.

3.1.5. Cada condutor deverá ter sua identificação validada durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos, centros automotivos e oficinas credenciadas pela contratada, sendo de sua responsabilidade a solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato da operação e coiba com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas;

3.1.6. No caso de impossibilidade temporária de se efetuar a transação em meio eletrônico, a rede credenciada deverá aceitar transações e processos de contingência para garantir a continuidade dos serviços contratados.

3.1.7. A rede de postos de combustível e oficinas credenciados e disponibilizados pela contratada deverá ser suficiente para o pleno atendimento da demanda de serviços da Unidade Gestora e se encontrar instalada/credenciada no prazo programado pelo CREA-RS;

3.1.8. A contratada deverá disponibilizar um canal direto por telefone para a realocação instantânea de limites dos cartões, autorizações eventuais em que o cartão ou a máquina não funcionar, ou por ventura em caso excepcional em que o condutor não esteja portando o cartão e indicar, de forma atualizada, o seu responsável pelo contrato a ser firmado com a Administração.

3.1.9. A contratada deverá possibilitar por meio do sistema informatizado, via WEB, a realocação de limites entre os veículos componentes da frota do contratante sempre que necessário para adequar os níveis de gestão às suas necessidades operacionais.

3.1.10. A realocação dos limites dos cartões individuais deverá estar disponível em tempo real, ou no máximo a partir da 00 (zero) hora imediatamente subsequente ao pedido de realocação.

3.1.11. A contratada deverá disponibilizar, para o Contratante, por meio do sistema informatizado, via WEB, a emissão ou apresentação das notas fiscais dos serviços realizados por suas prestadoras credenciadas.

3.1.12. A apresentação das notas fiscais via Web viabilizar maior eficiência para a administração pública assim como na significativa diminuição dos custos operacionais com malotes, correios, funcionários.

B) Requisitos específicos:

3.2. SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO

3.2.1. O contratante fornecerá à contratada, após a assinatura do contrato, o cadastro completo e atualizado dos veículos, condutores e centro de custo (Unidade Gestora), contendo os seguintes dados:

3.2.1.1. Placa;

3.2.1.2. Marca;

3.2.1.3. Tipo;

3.2.1.4. Chassi;

3.2.1.5. Combustível;

3.2.1.6. Ano de fabricação;

3.2.1.7. Lotação (Unidade);

3.2.1.8. Capacidade do tanque;

3.2.1.9. Hodômetro;

3.2.1.10. Nome, registro funcional e lotação dos condutores.

3.2.1.11. O Sistema Tecnológico Integrado viabilizará o pagamento do abastecimento de combustíveis, sendo que, para tal, os veículos terão seu próprio cartão magnético e cada condutor deverá ter sua identificação validada durante a execução de qualquer operação realizada na rede de estabelecimentos credenciados pela contratada, sendo de responsabilidade da mesma solução que iniba ou identifique com agilidade e segurança eventuais utilizações não autorizadas;

3.2.1.12. Durante a execução do contrato, o contratante poderá incluir ou excluir veículos conforme sua necessidade e conveniência.

3.2.1.13. A contratada deverá confeccionar os cartões magnéticos imprimindo em cada um a identificação do contratante, o modelo e a placa do veículo.

3.2.1.14. Por solicitação do Fiscal do Contrato, a contratada deverá substituir em no máximo 02 (dois) dias úteis, os cartões magnéticos que:

3.2.1.15. Tenham perdido a validade;

3.2.1.16. Apresentarem defeito que impeça a sua utilização;

3.2.1.17. Tenham sido extraviados.

- 3.2.1.18.** O sistema contratado deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha em tempo real para gerenciamento, acompanhamento e ações pró-ativas por parte do contratante;
- 3.2.1.19.** A recuperação e o processamento das informações relativas às operações realizadas por cada um dos veículos deverá ser descentralizada e automática;
- 3.2.1.20.** O contratante deverá estabelecer para cada veículo da sua frota um limite de utilização do cartão para o abastecimento que não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do Fiscal do Contrato. Os atendimentos realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão de total responsabilidade da contratada;
- 3.2.1.21.** O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:
- 3.2.1.22.** Identificação do posto/oficina (Nome e Endereço);
- 3.2.1.23.** Identificação do veículo (placa);
- 3.2.1.24.** Hodômetro do veículo no momento da utilização;
- 3.2.1.25** Tipo de Combustível (para o serviço de abastecimento);
- 3.2.1.26** A data e hora da Transação;
- 3.2.1.27** Quantidade do serviço solicitado (abastecimento, fluidos e óleos em L (litros) e demais itens em quantidade);
- 3.2.1.28** Valor da operação.
- 3.2.1.29** O software de gestão de abastecimento, os equipamentos periféricos e os cartões da contratada deverão compreender:
- 3.2.1.30.** Registro informatizado dos dados de abastecimento disponível para consulta via WEB, propiciando informações da data e hora dos serviços;
- 3.2.1.31.** Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores e consumo específico por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados (Km/litro (mínimo e máximo), intervalo de tempo entre transações, capacidade do tanque/veículo etc);
- 3.2.1.32.** Parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos e equipamentos automotivos;
- 3.2.1.33.** O fornecimento de cartões magnéticos para cada veículo, sem ônus para a Administração, devendo ainda permitir a emissão de novo cartão, também sem ônus para a Administração, para os casos de perda ou extravio;
- 3.2.1.34.** O cancelamento imediato do cartão, para os casos de perda ou extravio;
- 3.2.1.35.** Identificação do condutor no momento da utilização dos serviços de abastecimento por meio de senha pessoal;
- 3.2.1.36.** Os equipamentos periféricos necessários para operação do sistema, conforme a solução tecnológica utilizada pela contratada, os quais deverão ser disponibilizados para a Unidade Gestora (centros de custos) sem qualquer ônus.
- 3.2.1.37.** A contratada deverá capacitar e treinar os funcionários indicados pelo contratante no que se refere à operação do sistema de gerenciamento, controle e aquisição de abastecimento de maneira a se obter maior eficiência e eficácia na utilização do sistema.

3.3. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

- 3.3.1.** O atendimento dos serviços de manutenção, bem como o fornecimento de materiais deverá ocorrer por meio de rede de oficinas e centros automotivos e pela rede de revendedores varejistas credenciados e disponibilizados pela contratada, em horário comercial, nas quantidades estabelecidas pela unidade gestora.
- 3.3.2.** A contratada deverá arcar com todas as despesas resultantes da implantação do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenção, relatórios e outras decorrentes.
- 3.3.3** O software para administração e gerenciamento da frota, com intermediação para a manutenção preventiva e corretiva (de acordo com a contratação) deverá compreender além das especificações deste Termo de Referência o disposto abaixo:
- 3.3.4.** Fornecimento de relatórios gerenciais de controle das despesas de manutenção dos veículos da frota, com dados das peças e acessórios fornecidos, da mão-de-obra utilizada, devendo identificar o veículo, o condutor, a data e o horário da transação;
- 3.3.5.** Totalidade dos dados consolidados, de forma que se possa obter relatórios gerais e individuais por meio da internet;
- 3.3.6** Rede de estabelecimentos já credenciados na data da assinatura do contrato para realização dos serviços de manutenção equipados para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema;
- 3.3.7.** A rede credenciada deverá emitir notas fiscais para fins de garantia do serviço prestado e a CONTRATADA, as respectivas notas fiscais/fatura para fins de pagamento pelo Contratante;
- 3.3.8.** O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento do fornecimento das peças e acessórios e da mão-de-obra referente à execução do serviço de manutenção para a frota dos veículos da unidade contratante, junto à rede credenciada, mediante aprovação prévia do serviço pelo Fiscal do contrato;
- 3.3.9.** Deverão ser instalados os equipamentos e softwares de gerenciamento da frota do sistema da proponente, permitindo parametrização de cartões e emissão de relatórios nas unidades contratantes;
- 3.3.10.** O sistema deverá disponibilizar relatórios gerenciais de controle das despesas de manutenção nos veículos da frota do contratante;
- 3.3.11.** A solução apresentada deverá viabilizar o pagamento resultante da manutenção dos veículos, junto às oficinas;
- 3.3.12.** O sistema de controle deverá ter permissão de acesso por meio da internet, com senha administrada por responsável designado da Unidade contratante, permitindo parametrização de cartões e emissão de relatórios, encaminhamento de veículos às oficinas credenciadas e todo o processo para aprovação de orçamento e recebimento dos serviços;
- 3.3.13.** A contratada deverá providenciar a entrega das notas fiscais/faturas de cobrança, de acordo com as solicitações, nas dependências da Unidade contratante;
- 3.3.14.** Os serviços deverão ser gerenciados por sistema de controle informatizado via web, mediante uso de sistema operacional (software) e cartões, magnéticos ou eletrônicos, ou outro tipo de cartão que permita a realização dos serviços objeto do Edital e Anexos, fornecidos pela contratada;

3.3.15. Os serviços deverão ser prestados aos veículos indicados neste Termo de Referência, podendo sofrer alterações/substituições/inclusões a critério do contratante.

3.3.15. O atendimento dos serviços deverá ser prestado pela rede de centros automotivos ou oficinas, credenciados pela contratada.

3.3.16. A empresa vencedora da Licitação deverá comprovar, quando da assinatura do contrato, possuir rede credenciada de estabelecimentos fornecedores de autopeças e prestadores de reparos automotivos, devidamente equipados para aceitar as transações do sistema informatizado na cidade de Porto Alegre e interior do RS.

3.3.17. O sistema deverá possibilitar ao contratante adquirir por meio da rede credenciada da contratada quaisquer peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivos solicitados, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos e/ou por meio de rede de concessionárias, ou pelo comércio e indústria automotivos e afins, definidas pelas seguintes características e procedências:

3.3.18. Originais, genuínos, produzidos e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo, ou;

3.3.19. Originais, do fabricante fornecedor da montadora dos veículos, atendidos os mesmos padrões e níveis de qualidade por esta exigidos, recomendados ou indicados e constantes de seu catálogo; ou

3.3.20. De Outros fabricantes, cujo produto atenda os níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo, constantes ou não de seu catálogo, sob solicitação ou autorização formal do contratante.

3.3.21. A contratada deverá fornecer para a Unidade Gestora por meio do sistema informatizado, no mínimo três orçamentos dos serviços necessários a serem aplicados no veículo, com a relação das peças, componentes e materiais a serem trocados, bem como o volume de tempo de serviço e o custo do homem/hora a ser empregado, em horas centesimais e preços líquidos, para aprovação da Unidade. Caberá ao contratante o ônus pelas peças automotivas que eventualmente necessitarem ser trocadas e pelos serviços a serem realizados, cujos preços devem estar de acordo com os praticados no mercado, sem prejuízo da possibilidade do contratante, às suas expensas, providenciar diretamente no mercado o conserto do veículo oficial, caso julgue mais vantajoso para a Administração.

3.3.22. Para execução dos serviços técnicos de manutenção da frota, o contratante utilizará preferencialmente as oficinas credenciadas pela contratada que disponham dos seguintes requisitos mínimos:

3.3.24. Possuir, microcomputador, impressora e conexão à internet;

3.3.25. Disponibilizar boxes de serviços cobertos e delimitados em pátio pavimentado, dotados preferencialmente de bancadas de alvenaria com revestimento cerâmico ou com chapas de metal;

3.3.26. Possuir equipamentos eletrônicos apropriados para aferições e regulação de motores;

3.3.27. Dispor de ferramentas atualizadas para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade

3.3.28. Dispor de área física adequada à prestação dos serviços de manutenção;

3.3.29. Dispor de equipe técnica preferencialmente uniformizada;

3.3.30. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças, componentes e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos da Unidade Gestora, nas suas instalações, independente da marca do veículo;

3.3.31. Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramental adequados;

3.3.32. OBS.: Os requisitos mínimos elencados acima poderão ser dispensados nas cidades que comprovadamente apresentem dificuldades no credenciamento de oficinas mecânicas, devido a poucos interessados ou restrição do quantitativo de empresas do ramo.

3.3.33. Na prestação dos serviços, a credenciada deverá:

3.3.34. Devolver os veículos para o contratante em perfeitas condições de funcionamento;

3.3.35. Executar fielmente, dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela Unidade Gestora, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessária à perfeita execução dos serviços e desde que aprovado pelo Fiscal do contrato;

3.3.36. No caso de mau atendimento, a Unidade Gestora não mais utilizará os serviços prestados pela oficina credenciada da contratada, devendo esta ser comunicada dos fatos que motivaram a decisão, a fim de impedir os serviços do estabelecimento no sistema;

3.3.37. Permitir que a Unidade Gestora realize fiscalização da execução dos serviços a serem prestados pela oficina credenciada;

3.3.38. Somente utilizar peças, materiais e acessórios genuínos, similares ou aqueles acertados entre a Unidade Gestora e a rede credenciada de estabelecimentos, desde que atendidas as recomendações do fabricante do veículo e não podendo valer-se em nenhuma hipótese de itens reconicionados, salvo nos casos excepcionais com autorização expressa da Unidade Gestora. As peças, materiais e acessórios deverão ter garantia mínima de 90 (noventa) dias, excetuando-se aquelas peças que tenham garantia especificada;

3.3.39. Atender com prioridade as solicitações do contratante referente à execução dos serviços;

3.3.40. Não aplicar materiais/serviços sem prévia autorização, bem como prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Unidade Gestora;

3.3.41. Disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos, devendo fornecer a relação delas e seus respectivos códigos, que serão verificados pelo Fiscal do contrato da Unidade Gestora;

3.3.42. Receber e inspecionar o veículo da Unidade Gestora;

3.3.43. Executar os serviços mediante prévia autorização e por meio da emissão de Ordem de Serviço – via internet, aprovada pela Unidade Gestora por intermédio do sistema de gerenciamento informatizado;

3.3.44. Disponibilizar profissionais qualificados para prestar os serviços de forma regular e eficiente;

3.3.45. Reparar, corrigir, substituir, desfazer e/ou refazer à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, as peças substituídas e os serviços recusados pelo contratante por execução com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou, decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão-de-obra, peças, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pelo contratante, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia;

3.3.46. Entregar o veículo, logo após a conclusão dos serviços, com todas as peças e componentes substituídos para conferência do contratante;

3.3.47. Providenciar termo de vistoria prévia, devendo fornecer uma via para a Unidade Gestora solicitante e responsabilizar-se civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da ação ou omissão que ocorram durante a realização dos serviços aprovados na Ordem de Serviço via sistema.

3.4. RELATÓRIOS

3.4.1. A contratada deverá disponibilizar acesso ao Software de Gestão de Abastecimento e Manutenção em níveis de acessos compatíveis ao modelo definido pelo contratante, a qual deverá estabelecer o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao Software de Gestão de Abastecimento e Manutenção, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota.

3.4.2. Os relatórios disponibilizados pela contratada deverão conter, no mínimo, as seguintes informações acumuladas:

3.4.3. Relação dos veículos por prefixo, placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação, base da Unidade Administrativa, para ambos os itens contratados;

3.4.4. Para a operação de abastecimento de combustível: o histórico das operações realizadas pela frota contendo, data e hora do abastecimento, identificação do estabelecimento, identificação do condutor, identificação do veículo (placa, marca, modelo, ano de fabricação), quilometragem (odômetro) do veículo no ato do abastecimento, tipo de combustível abastecido, quantitativo de litros abastecido, valor por litro e total adquirido, média de consumo (quilometragem por litro de combustível), sub-total disponível no cartão, histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pela Unidade Gestora, histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado, preço médio pago por tipos de combustível consumidos pela frota, volume de gastos realizados por tipos de combustível, indicação dos veículos que apresentarem distorções em termos de quilometragem e consumo de combustíveis e despesas realizadas por base operacional (Unidade Gestora), cadastro dos veículos, condutores e respectivas lotações;

3.4.5. Para a operação de manutenção dos veículos: o histórico das operações realizadas pela frota contendo data do serviço, hora de entrada e saída do estabelecimento, quilometragem do veículo (odômetro) no ato do serviço, identificação do estabelecimento, relatório gerencial contendo a projeção gráfica dos gastos a ser atualizado a cada operação realizada via sistema, em tempo real ou no prazo máximo não superior a 24 (vinte e quatro) horas a partir da operação, cadastro dos veículos, condutores e respectiva Unidade Gestora.

3.4.6. A composição dos relatórios deverá ser submetida à apreciação da Administração para adequação às necessidades administrativas.

3.4.7. O sistema de controle informatizado deverá permitir a consulta e a emissão completa e por localidade da rede de postos credenciados pela contratada, bem como o credenciamento de novos postos a pedido da Administração.

3.4.8. A operação, registro e tratamento das informações deverão ser efetuados eletronicamente, mediante o uso de equipamentos especiais de gravação e leitura de dados em cartões magnéticos.

3.4.9. A contratada deverá fornecer para cada veículo um cartão único, parametrizado, vinculado à placa, de forma que impeça o abastecimento ou a manutenção do veículo sem a posse deste, mesmo que esteja de posse de cartão pertencente a outro veículo da frota do contratante.

3.4.10. A contratada deverá ainda disponibilizar senhas pessoais aos condutores, de modo a identificá-los por ocasião da realização dos serviços (abastecimento ou manutenção), bem como fornecer novas vias dos cartões, cujo custo adicional será de responsabilidade da Unidade Gestora, a qual deverá apurar a causa da inutilização ou perda do cartão, a fim repassar o ônus desse pagamento ao servidor responsável.

3.4.11. O cupom fiscal emitido pelos postos de gasolina deverá indicar, no mínimo, o número do cartão do veículo, a identificação do motorista, a localidade do abastecimento e o combustível ou serviço realizado.

3.4.12. A contratada deverá apresentar em seus relatórios gerenciais a placa do veículo ou o código correspondente, a identificação do motorista, local, data, hora, quantidade de litros de combustível, tipo de combustível, preço unitário do combustível, preço unitário do serviço, valor cobrado, quilometragem do veículo e eventuais inconsistência da operação realizada.

3.5. REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS

3.5.1. A licitante vencedora deverá, na assinatura do contrato, apresentar a relação detalhada (endereço, telefone) da rede de postos de abastecimento e oficinas credenciadas

3.5.2. A rede credenciada fornecerá os seguintes combustíveis: gasolina comum e aditivada, álcool comum e aditivado, e óleo diesel comum e aditivado.

3.5.3. A contratada deverá possuir, no **mínimo 03 (três) postos de abastecimento em cada um dos 44 (quarenta e quatro) municípios** as quais estão lotadas as Inspetorias do Crea no Estado do Rio Grande do Sul.

3.5.4. A contratada deverá possuir no **mínimo 03 (três) oficinas credenciadas em cada um dos 44 (quarenta e quatro) municípios**, as quais estão lotadas as Inspetorias do Crea no Estado do Rio Grande do Sul.

3.5.5. As Inspetorias do CREARS estão lotadas nos municípios de: Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Camaquã, Canoas, Capão da Canoa, Carazinho, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Esteio, Frederico Westphalen, Gramado, Gravataí, Guaíba, Ibirubá, Ijuí, Lajeado, Montenegro, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Panambi, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santana do Livramento, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santiago, Santo Ângelo, São Borja, São Gabriel, São Leopoldo, São Luiz Gonzaga, Taquara, Torres, Tramandaí, Três Passos, Uruguaiana, Vacaria e Viamão. A consulta dos endereços das Inspetorias poderá ser realizada através do link http://www.crea-rs.org.br/site/revista_pageflip/livreto-radiografia/magazine-sample/#page/1:

3.5.6. A contratada é a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados pelo valor efetivamente consumido. Não respondendo, em nenhuma hipótese, o contratante, nem solidária e nem subsidiariamente, por esse pagamento.

3.5.7. O credenciamento de novos postos e oficinas, conforme a necessidade do contratante deverá ser efetivado pela contratada no prazo máximo de **30 (trinta) dias contados da data da solicitação**.

3.5.8. A contratada deverá fiscalizar os serviços prestados pela rede de postos e oficinas credenciadas objetivando garantir um nível satisfatório de qualidade, compreendendo a disponibilização dos equipamentos, horários de funcionamento, presteza no atendimento, etc.

3.5.9. A contratada deverá acompanhar a divulgação dos postos de abastecimento autuados e/ou interditados pela Agência Nacional de Petróleo-ANP por problemas de qualidade do combustível fornecido, e divulgar imediatamente ao fiscal do contrato.

3.5.10. Caso algum dos postos credenciados pela contratada conste na relação divulgada pela ANP, aquela deverá providenciar, se necessário, o novo credenciamento para substituir o anterior no prazo máximo de **20 (vinte) dias**.

3.6. IMPLANTAÇÃO

3.6.1. O processo de implantação do Sistema pela contratada compreende as seguintes atividades para a operação de abastecimento de combustível:

3.6.2. Cadastramento dos veículos;

3.6.3. Definição da logística da rede de postos credenciados;

3.6.4. Preparação e distribuição dos equipamentos periféricos;

3.6.5. Fornecimento ao contratante dos dados cadastrais da rede de postos credenciados;

3.6.6. Treinamento dos condutores e gestores;

3.6.7. Fornecimento dos cartões para os veículos.

3.6.8. O processo de implantação do Sistema pela contratada compreende as seguintes atividades para a operação de manutenção da frota:

3.6.9 Cadastramento dos veículos;

3.6.10. Definição da logística da rede credenciada;

3.6.11. Preparação e distribuição dos equipamentos periféricos;

3.6.12. Fornecimento ao contratante dos dados cadastrais da rede de postos credenciados;

3.6.13. Treinamento dos condutores e gestores;

3.6.14. Fornecimento dos cartões para os veículos.

O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum.

4. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO:

Abaixo a medianas referente aos contratos e orçamentos recebidos:

O valor médio estimado para esta contratação está demonstrado na tabela abaixo, elaborado após pesquisa de mercado efetuada pela unidade solicitante:

a) Das propostas comerciais recebidas pela área solicitante:

item	proposta 1 (SEI 2566166)	proposta 2 (SEI 2566170)	proposta 3 (SEI 2566174)	média
combustível	3	0	- 0,48	0,84
manutenção	3	-	- 2,42	0,29

Data do orçamento estimado: 06/11/2024.

b) Considerando a baixa resposta acima, após a solicitação de orçamento pelo CREA-RS, foi ampliada a pesquisa de preços e, seguem as taxas correspondentes aos seguintes contratos administrativos:

Contrato	Instituição pública	Empresa
13/2024	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE RORAIMA	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA
16/2021	PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCÉLIA/SP	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA
179/2024	FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS	GOLDI SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA
50/2024	GABINETE MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PIAUÍ - GAMIL	TICKET LOG - TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A
25/2024	UNIÃO FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATRO GROSSO DO SUL- JF DA 1ª INSTANCIA	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA
110/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SUAÇUI - MG	PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA
2750/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE BH - FMU	GOLDI SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA
90013/2024	CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
23/2024	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - IFC - BRASÍLIA/DF	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
208/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBIATABA-GO	S.H. INFORMATICA LTDA
122/2024	PREFEITURA DE GUAXUPE	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA
180/2024	PREFEITURA DE QUIRINÓPOLIS	VOLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA
001/2024	IFPR - CAMPUS CAPANEMA	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
57/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE DRACEMA	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA
067/2024	PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA	CENTRO AMÉRICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TECNOLÓGICA LTD.
052/2024	UNIVASF - UNIVERSIDADE FED VALE DO SÃO FRANCISCO	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

c) Considerando que a pesquisa de preços informada nas alíneas “a” e “b” supra apresenta percentuais extremados, dissonantes dos demais, opta-se pela apuração do preço de mercado da taxa de administração (em percentual), incidente sobre o consumo, através da MEDIANA, tanto no que se refere ao combustível, como relativamente à manutenção dos veículos.

O valor médio estimado de consumo relativo a para esta contratação, bem como a taxa de administração (DESCONTO MÍNIMO ADMITIDO), concernente a cada um dos serviços, seguem demonstrados na tabela abaixo, proveniente da pesquisa de mercado efetuada pela unidade solicitante:

Grupo	Item	Descrição	Unidade	Valor total anual de consumo ESTIMADO	Valor mensal de consumo
1	1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de gerenciamento de frotas por meio de sistema eletrônico, com cartão magnético (manutenção preventiva e corretiva)	Percentual	R\$ 154.383,60	R\$ 12.865,30
1	2	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de gerenciamento de frotas por meio de sistema eletrônico, com cartão magnético (combustível)	Percentual	R\$ 407.704,20	R\$ 33.975,35

c.1. A nomenclatura “taxa de administração final” corresponde à média aritmética entre a taxa de administração e a taxa secundária (se aplicável) de cada um dos serviços.

c.2. Os valores constantes no presente Termo de Referência a título de estimativa, tal como o “consumo estimado” são meras referências, sem implicarem qualquer obrigatoriedade para a Administração de implementar gastos em patamar igual ou aproximado.

c.3. Será considerada vencedora a proposta que apresentar a MAIOR TAXA ÚNICA DE DESCONTO.

A TAXA ÚNICA DE DESCONTO (EM PERCENTUAL) será formada pela média aritmética entre: (a) a taxa de manutenção (consubstanciada na média aritmética entre a taxa de administração para manutenção e a taxa secundária para manutenção de veículos) e (b) a taxa de administração concernente ao combustível. Ressalta-se ser inaplicável qualquer taxa secundária para combustível, razão pela qual não será considerada no cálculo supra referido.

c.4. A apuração da TAXA ÚNICA DE DESCONTO (em percentual) decorre da aplicação da seguinte fórmula:

$$TUD = \left[\frac{(A1 + A2) + (B)}{2} \right] \div 2$$

Sendo:

A1 = Taxa de Administração para manutenção preventiva e corretiva de veículos do CREA-RS

A2 = Taxa Secundária para manutenção preventiva e corretiva de veículos

B = Taxa de Administração para abastecimento dos veículos

TUD = Taxa Única de Desconto, em percentual.

CONSIDERANDO QUE O CRITÉRIO DE APURAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO É A MAIOR TAXA ÚNICA DE DESCONTO, OS LANCES DEVERÃO SER DADOS SEM O SINAL NEGATIVO, POIS JÁ ESTÁ DEFINIDO, CONCEITUALMENTE, QUE SE TRATA DE DESCONTO.

c.5. Considerando o disposto na alínea “c.4” supra, tem-se que o desconto mínimo admitido para A1, A2 e B, considerados individualmente, é de 0% para cada um.

c.6. A Taxa Única de Desconto servirá para fins de critério de disputa. Todavia, mensalmente, serão aplicadas, no que tange ao serviço de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, a taxa (em percentual) correspondente a soma de A1 e A2; e relativamente ao serviço de administração de abastecimento de veículos, a taxa (em percentual) correspondente ao B, sempre como DESCONTO.

5. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Conforme pesquisa prévia junto à Contabilidade, e com base nos empenhos anteriores, as despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento, e será atendida pela seguinte dotação:

Rubrica Orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.09.031 - Manutenção e Conservação de Veículos

Disponibilidade Orçamentária: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)

5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se for o caso, será indicada após aprovação do orçamento anual respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ou termos aditivos e emissão de empenhos complementares.

6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O objeto desta contratação será recebido após a avaliação do fiscal do contrato.

6.2. Correrão por conta da contratada todas as despesas para realização das atividades descritas no termo de referência deste edital tais como: seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais custos decorrentes da prestação dos serviços contratados.

6.3. Se constatadas irregularidades na execução do objeto contratual o CREA/RS poderá rejeitá-la no todo ou em parte, determinando sua correção integral, ou parcial, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

7.1. **7.1. DO PRAZO INICIAL DO CREDENCIAMENTO:** O credenciamento do postos e oficinas pela contratada, **conforme item 3.5**, deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) após a assinatura do contrato**.

7.2. **7.2. DO PRAZO DO CONTRATO:** O contrato terá duração de 1 ANO, podendo ser renovado conforme disposições legais, estabelecidas na Lei 14.133/2021.

7.3. Com objetivo de não limitar o mercado apenas para empresas grandes e já consolidadas no mercado, será adotado, na criação/apresentação da rede credenciada, 3 (três) etapas de implementação.

7.3.1. **A primeira etapa:** deverá ser credenciada, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, um mínimo de 2 oficinas e 2 postos de combustíveis para cada município/cidade onde está localizada cada inspetoria do CREA-RS, com exceção do município de Porto Alegre, onde deverá constar um mínimo de 3 para cada credenciado (posto combustível e oficina)

7.3.2. **Na segunda etapa:** deverão constar um número mínimo de 3 credenciados (oficinas e postos combustíveis) nas cidades onde estão localizadas as inspetorias do CREA-RS, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato.

7.3.3. Essa exigência mínima viabiliza uma maior concorrência entre os credenciados, possibilitando uma melhora nas propostas comerciais para os serviços/demandas solicitadas pelo CREA-RS

7.3.4. **Na terceira etapa:** credenciamento de oficinas ou postos de combustíveis por solicitação do CREA-RS, dentro do estado do RS, no prazo de até 3 dias após a solicitação

7.3.5. **Rotinas de Execução :** A empresa contratada deverá apresentar ao CREA-RS lista com o nome e contato dos responsáveis para acionamento em caso de problemas ocasionados por falhas técnicas, segurança e dúvidas operacionais.

8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila ou aditivo.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.5. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, mediante atesto recebimento dos serviços prestados pelo fiscal de contrato.

8.6. O fiscal de contrato deverá informar ao gestor do contrato eventuais falhas quando da prestação dos serviços pela contratada.

8.7. O gestor do contrato, com base nas informações encaminhadas pelo fiscal de contrato, tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

8.8. A execução dos serviços contratados deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.9. Indicamos para a fiscalização desta contratação o **funcionário Sandro Luis Rodrigues Sapata, matrícula CREA-RS nº 1189, lotada no SLOG/GFIS.**

9. CONDIÇÕES GERAIS E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 ano contado da assinatura do contrato, prorrogável anualmente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista a frequência de uso dos serviços.

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

10.2. Sendo o objeto da presente contratação os serviços de gerenciamento da manutenção das frotas da administração pública, não há vantagem no seu parcelamento, pois as atividades de credenciamento, sistema, gerenciamento e pagamento constituem, em verdade, um objeto idêntico, cuja diferença está apenas no serviço prestado pela rede credenciada, o qual não interfere naquele prestado pela gerenciadora. A eventual contratação de gerenciadoras diferentes para serviços diferentes de manutenção de frotas acarretaria uma multiplicação desnecessária de custos com cartões e sistemas, uma vez que tais serviços são idênticos e possuem custos fixos. Igualmente, dado serem muitas vezes prestados pelas mesmas oficinas, alguns serviços seriam contratados no mesmo estabelecimento, porém iriam requerer a utilização de gerenciadoras diferentes. Ainda, a multiplicação de gerenciadoras ocasionaria uma multiplicação de contratos, consequentemente de gastos de recursos financeiros e humanos para a sua execução e fiscalização. Assim, todo o gerenciamento de manutenção de frota será reunido em lote único, de modo a garantir que os serviços sejam executados e as peças trocadas com maior celeridade, qualidade e uniformidade das ações. Corroborar para justificativa, a busca em garantir a máxima eficiência na gestão dos contratos, uma vez que, além de se tratar de atividade de mesma natureza, o que impacta positivamente no processo de governança do órgão, ao adotar essa modalidade, a Administração alcançará maior eficiência e controle dos serviços a serem prestados, já que o gerenciamento dessas ações permanecerá sob a responsabilidade de um mesmo administrador, um mesmo sistema e uma mesma contabilidade, impactando positivamente na economicidade do processo para a organização. Assim, nos termos do art. 40, § 3º, incisos I e II, da Lei Federal n. 14.133/2021, garantindo-se a economia em escala, redução de custos operacionais, integração do sistema, facilidade de execução contratual, o agrupamento dos serviços em lote único proporcionará a proposta mais vantajosa para Administração Pública e ocorrerá na forma exposta junto aos quantitativos.

11. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO / VISTORIA

11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Multa:

Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia (quando solicitado na contratação);

O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.

Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 7% a 10% do valor do Contrato.

Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 7% do valor do Contrato.

12.3. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.10. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. DEVERES DA CONTRATADA:

13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.1.1. Indicar preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

13.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

13.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

- 13.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 13.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 13.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 13.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 13.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.1.14. Submeter, por escrito, ao Contratante, Informações e manifestações, quando necessárias.
- 13.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 13.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 13.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 13.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 13.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

14. DEVERES DA CONTRATANTE:

- 14.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 14.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 14.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 14.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no presente no Termo de Referência;
- 14.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência, quando cabíveis;
- 14.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 14.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.
- 14.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 14.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

- 15.1. A contratada compromete-se cumprir fielmente a Lei Geral de Proteção de Dados, observando ainda as seguintes condições:
- 15.2. A empresa CONTRATADA, por si, seus representantes legais, funcionários, prepostos e colaboradores, obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física ("Titular") identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados"), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados Pessoais vinculados ao CREA-RS;
- 15.3. A empresa CONTRATADA, por si e seus funcionários, prepostos e colaboradores, compromete-se a:
- 15.4. Tratar como confidencial todos os documentos e dados a que vier a ter acesso em razão da intenção de firmar contrato.
- 15.5. Tratar os documentos e os dados pessoais com o mesmo nível de segurança que trata seus documentos, dados e informações de caráter confidencial
- 15.6. Tratar e usar os dados pessoais coletados para os fins de celebrar futuro contrato, mantendo-os registrados, organizados, conservados e disponíveis para consulta;
- 15.7. Notificar o CREA-RS, no prazo de até 24 horas, caso haja alguma suspeita ou incidente de segurança concreto envolvendo dados pessoais, informando os tipos de dados pessoais potencialmente comprometidos ou vazados; quaisquer medidas para mitigação ou remediação tomadas ou planejadas em resposta ao incidente, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada;

15.8. A empresa CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados em decorrência da violação de suas obrigações no âmbito desta contratação, da violação da legislação de proteção de dados em vigor ou da violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir ao CREA-RS por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários e custas processuais efetivamente incorridos ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação

15.9. O instrumento contratual constitui o acordo integral entre as Partes quanto a seu objeto, substituindo qualquer outro acordo sobre tal matéria. Alterações, aditamentos e renúncias ao contrato deverão ser realizados por escrito.

15.10. A forma de celebração contratual por meios eletrônicos, digitais e informáticos, é reconhecida como válida e plenamente eficaz, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto no artigo 10, da Medida Provisória nº 2.200/2001 em vigor

15.11. A invalidade de uma ou mais disposições contratuais não afetará a validade das demais condições. A disposição inválida será substituída, mediante acordo mútuo, por uma disposição que seja adequada para os mesmos fins, considerando-se os interesses de ambas as Partes.

15.12.

Este Termo de Referência deve ser assinado pelo Setor Requisitante/Gerência, e assinado pela Autoridade Competente/Presidente como aprovação.

DE ACORDO, AUTORIZA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **JAIME LEANDRO MELLO FILHO, Chefe de Setor**, em 23/01/2025, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DONÁRIO RODRIGUES BRAGA NETO, Gerente**, em 23/01/2025, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NANCI CRISTIANE JOSINA WALTER, Presidente**, em 27/01/2025, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.crea-rs.org.br/validar.html>, informando o código verificador **2712918** e o código CRC **110001D1**.